



insidepipe
reabilitação de condutas

Política de Proteção de Dados

1. Qual o Enquadramento Legal?

A **Insidepipe** está determinada a proteger e respeitar a privacidade de todo o público que compões o seu ecossistema. Esta política de privacidade estabelece quais os dados pessoais que processamos entre os dados que recolhemos, e os que nos são fornecidos por si.

Pretendemos ser reconhecidos pela excelência dos serviços que prestamos e procuramos, a cada momento, criar valor aos nossos clientes e exceder as suas expectativas.

A aprovação do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do conselho de 27 de Abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – Regulamento ou RGPD) e conseqüente necessidade de adaptação de processos e metodologias aplicáveis à forma como passarão a ser aplicados os dados pessoais, torna imprescindível o conhecimento das regras que a partir de 25 de maio de 2018 são aplicáveis ao tratamento dos dados pessoais.

A política em matéria de proteção de dados da **Insidepipe** é um documento diretamente vocacionado para todos os nossos clientes e colaboradores, fornecedores cuja finalidade principal é transmitir as normas de tratamento de dados pessoais, a finalidade da sua recolha e a forma como são tratados na esteira do disposto na legislação de proteção de dados pessoais e do regulamento que entrou em vigor.

Este documento contém a identificação do conjunto de princípios que regem a atividade da empresa, bem como, um conjunto de regras de cariz procedimental, ético e deontológico a que a gerência e todos os seus colaboradores estão vinculados, conjugados com as disposições legais referentes à proteção de dados pessoais.

A presente política pretende transmitir os elevados padrões de atuação e conduta da **Insidepipe**, e ainda ao nível do relacionamento entre todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, contribuindo para a transparência, excelência, compromisso e rigor.

Por favor utilize este documento como guia para as nossas práticas relativas aos seus dados pessoais.

O presente documento está sujeito a revisões periódicas, por forma a garantir a sua melhoria continua e conformidade legal e regulamentar.

2. O que são dados pessoais?

Por “dados pessoais” deve entender-se a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, número de identificação, dados de localização, identificadores por via

eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

3. Quais os direitos dos Titulares dos Dados?

No plano dos direitos dos titulares dos dados, o Regulamento confere aos titulares dos dados pessoais objeto de tratamento o conjunto de direitos que devem ser salvaguardados pelo responsável pelo tratamento dos dados.

Por forma a existir uma plena informação dos direitos dos titulares de dados pessoais passamos a fazer uma breve exposição acerca de cada um deles.

3.1. Direito de Acesso

Os titulares dos dados, tem o direito de saber se estão ou não, a ser tratados dados pessoais que lhes digam respeito, se os dados foram transmitidos para outras entidades, bem como aceder aos seus dados e todas as informações respeitantes aos processos de tratamento, como por exemplo, quais as finalidades do tratamento e qual o prazo de conservação dos dados pessoais. Por princípio o direito de acesso deve ser gratuito.

3.2. Direito de Retificação

É assegurado aos titulares dos dados o direito a obterem a retificação dos seus dados pessoais que estejam desatualizados, incorretos ou incompletos.

3.3. Direito de Apagamento

Também referido como “direito a ser esquecido”, confere aos titulares dos dados o direito de solicitar ao responsável do tratamento dos dados o apagamento dos seus dados, garante assim aos titulares dentro das limitações estabelecidos por lei, o direito a obter a eliminação dos seus dados pessoais desde que:

- Os dados se revelem desnecessários para as finalidades para as quais foram recolhidos ou tratados;
- O titular retire o seu consentimento e não exista outro fundamento legal para o tratamento dos dados;
- Quando os dados pessoais tenham sido tratados de forma ilícita.

Salientamos que existem limitações ao direito ao apagamento nomeadamente as que se prendem com os prazos de conservação dos dados, por razões de interesse público, segurança nacional, de faturação, comerciais, fiscais e outros.

3.4. Direito à Limitação do Tratamento

Em paralelo ao direito do apagamento, surge o direito à limitação do tratamento, ou seja o titular dos dados tem direito à limitação do tratamento dos seus dados pessoais nas seguintes situações:

- Contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita ao responsável pelo tratamento a sua exatidão;
- O tratamento for ilícito e o titular dos dados se opuser ao apagamento dos dados pessoais;
- O responsável pelo tratamento deixar de precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração;
- Se se tiver oposto ao tratamento até se verificar que os motivos legítimos do responsável pelo tratamento prevalecem sobre o titular dos dados.

3.5. Direito de Portabilidade dos Dados

O direito de portabilidade confere aos titulares dos dados pessoais o direito a solicitarem ao responsável pelo tratamento, os seus dados pessoais num formato de uso comum e mesmo a sua transferência para outro responsável pelo tratamento desde que seja tecnicamente possível.

3.6. Direito à Informação

Ainda de acordo com RGPD, os titulares dos dados pessoais, objeto de tratamento, tem direito a serem informados de forma concisa, clara e precisa, seja por escrito, ou por outro meio adequado.


4. Em que consiste o Tratamento de Dados Pessoais?

O tratamento de dados pessoais consiste numa operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou conjuntos de dados pessoais, através de meios automatizados, ou não, nomeadamente a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação, a recuperação, a consulta, a utilização, divulgação, difusão, comparação, interconexão, limitação, apagamento ou a destruição.

O regulamento estabelece regras mais rigorosas quanto ao tratamento de categorias especiais de dados pessoais – por exemplo, origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical, dados relativos à saúde, ou dados relativos sexuais ou orientação sexual, mantendo como fonte de legitimidade a lei e o consento.

Encontram-se expressamente referidos, os princípios da legitimidade, lealdade, transparência, finalidade e exatidão. No plano dos direitos dos titulares dos dados, são vigentes os direitos de informação de acesso, retificação, oposição, estabelecendo-se o princípio geral da interdição das decisões individuais.

5. Em que situações tratamos os seus dados pessoais?

	PGPD - POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS	PGPD-01 Versão 2 Data: 08-07-2021
---	---	--

Existem situações que legitimam o tratamento de dados pessoais. A **Insidepipe** trata os seus dados pessoais exclusivamente nas seguintes situações:

5.1. Interesse Legítimo

Existe situação de interesse legítimo quando o tratamento de dados for necessário para efeitos de interesse entre ambos, nomeadamente a prestação de serviços e/ou venda/compra de material.

O tratamento dos dados servem para assegurar a manutenção dos serviços e melhoria da qualidade dos serviços.

5.2. Consentimento

O consentimento surge como legitimador dos dados pessoais, no entanto, existem requisitos quanto ao mesmo para que possa ser tomado em consideração.

Para que seja válido o consentimento deve tratar-se de uma manifestação de uma vontade livre e específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhes diga respeito seja objeto de tratamento.

O consentimento pode ser prestado através da declaração ou conduta que indique claramente nesse contexto que aceita o tratamento dos seus dados pessoais.

6. Com que Finalidades tratamos os seus dados pessoais?

FINALIDADE	DESCRIÇÃO
Prestação de Serviços	Os seus dados pessoais serão tratados como cliente e de forma a assegurarmos o melhor serviço prestado
Informação e Marketing	Os seus dados pessoais só serão tratados para Marketing mediante prestação de consentimento. Caso consinta, receberá informação pela via escolhida.
Recursos Humanos	Nos serviços de RH os dados pessoais são tratados para efeito do processamento salarial, formação profissional, gestão de recursos humanos e seleção de pessoal e recrutamento.
Fornecedores	A Insidepipe trata os dados com as finalidades de análise de fornecedores e Contabilização/Controlo do material e/ou serviços
Contencioso	A Insidepipe trata os seus dados para cobranças judiciais e extrajudiciais de crédito e gestão de outros conflitos que possam servir.

7. Qual o período de armazenamento e conservação dos seus Dados Pessoais?

O período de tempo durante o qual os seus dados pessoais podem ser armazenados e conservados pode variar consoante a finalidade para a qual os dados pessoais foram fornecidos e serão tratados.

Há que ter em consideração que existem normas legais que obrigam a conservar os dados pessoais durante um período de tempo.

Deste modo sempre que não exista uma exigência legal que obrigam a conservação dos seus dados pessoais, estes serão armazenados e conservados apenas pelo período necessário para a prossecução das finalidades que motivam a sua recolha ou o seu posterior tratamento, nos termos definidos na lei ou até que seja revogado o seu consentimento.

8. Como e quando recolhemos os seus dados pessoais e com que finalidade?

Os seus dados são recolhidos mediante o seu consentimento, em regra, numa fase pré-serviço, destinada a obter os nossos serviços.

Os dados pessoais que nos fornecer serão guardados na base de dados. Os dados são guardados diretamente no servidor da empresa.

Apenas a Gerência e o Encarregado de Proteção de Dados têm acesso à Base de Dados.

Sempre que os dados forem usados para outros fins que não os legalmente obrigatórios para prestar os nossos serviços, pediremos o seu consentimento expresso para essa utilização.

Essa utilização dos seus dados enquadra-se no princípio inscrito na secção 3, artigo 6º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Como recolhemos os seus dados:

- Preenchimento de formulários/matrizes, de pedidos de contacto, no website, por e-mail ou em papel;
- Solicitação eletrónica de envio de newsletters;
- Candidaturas e/ou abertura de processos no âmbito do departamento de recursos humanos;
- Contactos presenciais;
- Abertura de fichas de cliente, Orçamentos, notas de encomenda, faturação e outros processos legais e/ou contabilísticos;
- Comunicações através de correio, correio eletrónico, telefone, redes sociais.

Os dados pessoais podem ser tratados de forma informaticamente e de forma automatizada ou não automatizada, garantindo em todos os casos o estrito cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais, sendo armazenados em base de dados específica, criada para o efeito, e em situação alguma, os dados recolhidos serão utilizados para outra finalidade para a qual foram recolhidos ou dado o seu consentimento por parte do titular dos dados.

9. Quem é o responsável pelo Tratamento de dados pessoais?

O responsável pela recolha e tratamento dos seus dados pessoais é o Encarregado de Proteção de Dados.

As medidas a executar terão em consideração a natureza, âmbito, contexto e as finalidades do tratamento dos dados, bem como, o risco que possa implicar para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

O Encarregado de proteção de dados

O Encarregado de proteção de dados, igualmente denominado por “Data Protection Officer” (“DPO”), desempenha um papel fulcral, na medida em que lhe compete que a **Insidepipe** cumpre todas as obrigações decorrentes do RGPD.

O Encarregado de proteção de dados da **Insidepipe** desempenha as seguintes funções:

- Presta informação, quando tal solicitada relativa ao tratamento dos dados;
- É o ponto de contacto para a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

10. Contactos

Para questões relacionadas com a política em matéria de proteção de dados **Insidepipe**, ou sobre o tratamento dos seus dados pessoais, deverá contactar-nos através dos seguintes meios:

Email: comercial@insidepipe.pt

Via Postal: Para a nossa sede, sita no Parque Empresarial de Estarreja, 3860-680 Estarreja

O presente documento encontra-se disponível no nosso website www.insidepipe.pt em PDF para consulta.

Última Atualização 08 Julho 2021